



Construtora Ltda
CNPJ: 33.246.914/0001-96

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE TAGUAÍ –
ESTADO DE SÃO PAULO**

Referência: Concorrência Eletrônica nº 004/2025

Processo Administrativo nº 89/2025

Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS)

M6 CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.246.914/0001-96, com sede na Chácara Carvalho, s/n, bairro Lageado, Coronel Macedo/SP, CEP nº 18.745-000, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 165, inciso I, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021, apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** em face da decisão administrativa exarada no despacho que manteve a inabilitação desta recorrente, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DO FORMALISMO

MODERADO

O despacho combatido adotou pesos e medidas distintos para situações análogas. Para a empresa Tantini Garcia,

M6 CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 33.246.914/0001-96 I.E. 274.011.727.116
Chácara Carvalho, s/n, bairro Lageado, Coronel Macedo/SP, CEP 18745-000,
Email: m6.construtora.eireli@gmail.com Telefone: (14) 99753-6574



Construtora Ltda
CNPJ: 33.246.914/0001-96

a Administração aplicou o Princípio do Formalismo Moderado, classificando uma falha na Certidão de Acervo Técnico (CAT) como "erro material sanável".

Contudo, para a M6 Construtora, o entendimento foi de "vício insanável" por ausência de comprovação de aptidão técnica específica (instalação de grupo gerador).

Ora, se a Administração permitiu que uma licitante procedesse ao saneamento de informações em sua CAT para adequá-la aos termos do Edital, deve, por força do artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, conferir o mesmo tratamento à M6 Construtora.

Se esta Recorrente possui a experiência fática, constatado pela própria administração em diligência junto à Santa Casa de Misericórdia de Taguaí, e o documento apresentado contém meras falhas descritivas ou necessidade de esclarecimento, o artigo 64, § 1º da Nova Lei de Licitações impõe o dever de saneamento, e não a exclusão sumária.

2. DO QUESTIONAMENTO SOBRE AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS

A busca pela "verdade material" é dever da Administração Pública. Diante disso, requer-se esclarecimentos sobre os seguintes pontos.

Conforme consta no parecer técnico de engenharia, a administração realizou diligência para confirmar a



Construtora Ltda
CNPJ: 33.246.914/0001-96

veracidade do acervo apresentado pela empresa M6 Construtora, tendo sido constatado *in loco*, que o acervo foi instalado.

Neste cenário, importante e necessário esclarecer se houve diligência igual em relação à Construtora Tantini.

O tratamento diferenciado entre as licitantes pode configurar evidente cerceamento de defesa e direcionamento implícito do certame.

3. DA ILEGALIDADE NA JUNTADA DE "DOCUMENTO NOVO"

O despacho indica que a Construtora Tantini Garcia logrou êxito ao "sanear" sua CAT. Todavia, a alteração do conteúdo de uma Certidão de Acervo Técnico não configura mero erro material, **mas sim a criação de um Documento Novo.**

O artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 é claro ao vedar a inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta. Ao aceitar uma CAT com teor alterado em fase recursal, a Administração pode ter violado a preclusão e o princípio da igualdade.

Diante disso, questiona-se a existência de Parecer Jurídico específico que ratifique a legalidade da alteração de conteúdo de documento técnico após a abertura do certame.



Construtora Ltda
CNPJ: 33.246.914/0001-96

Ainda, se questiona, também, como a Administração justifica a aceitação de um documento substancialmente alterado sem que isso seja considerado "juntada de documento novo"?

4. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

1) O recebimento e processamento do presente Pedido de Reconsideração;

2) A reforma da decisão para que seja oportunizado à M6 Construtora o saneamento de sua documentação técnica, em estrita observância ao princípio da isonomia aplicado à concorrente Tantini Garcia;

3) Seja informado sobre a realização de diligência para verificação da CAT da Construtora Tantini, como feito para a M6 Construtora, com a apresentação das informações da diligência pelo engenheiro que emitiu o parecer. Caso não realizada a diligência, requer-se seja apresentada a justificada para o tratamento distinto entre as licitantes;

4) O fornecimento de esclarecimentos por escrito e o acesso à cópia do Parecer Jurídico que fundamentou a aceitação da alteração documental da empresa Tantini Garcia.



Construtora Ltda
CNPJ: 33.246.914/0001-96

Caso não seja reconsiderada a decisão, que o presente recurso seja encaminhado com as razões de estilo, suspendendo-se o certame até o julgamento final, evitando-se dano irreparável ao erário e à competitividade.

Taguaí, 22 de dezembro de 2025.

M6 CONSTRUTORA LTDA – ME
CNPJ nº 33.246.914/0001-96

M6 CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 33.246.914/0001-96 I.E. 274.011.727.116
Chácara Carvalho, s/n, bairro Lageado, Coronel Macedo/SP, CEP 18745-000,
Email: m6.construtora.eireli@gmail.com Telefone: (14) 99753-6574